

ACORDOS BILATERAIS: SIMULAÇÕES PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO **BILATERAL AGREEMENTS: BRAZILIAN AGRIBUSINESS SIMULATION**

Rodrigo Abbade da Silva

Prof. Dr. da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/RS

abbaders@gmail.com

Daniel Arruda Coronel

Prof. Dr. da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS

daniel.coronel@uol.com.br

Grupo de Trabalho (GT): GT01. Mercados agrícolas e comércio exterior

Resumo

Este estudo tem o objetivo de avaliar os impactos de eventuais formações de acordos bilaterais no agronegócio brasileiro. Esses acordos foram simulados no cenário de redução de 50% em todas as tarifas de importação de bens e serviços entre as regiões. Os países que compõem esses acordos são Brasil e Argentina, Brasil e Estados Unidos, Brasil e China, Brasil e Reino Unido, Brasil e Alemanha e Brasil e Japão. Nesse sentido, foi utilizado o modelo de equilíbrio geral Global Trade Analysis Project (GTAP). As análises indicaram que os acordos bilaterais entre o Brasil e Estados Unidos, Brasil e todos os países propostos simultaneamente e Brasil e China são os mais favoráveis para o país em termos de Produto Interno Bruto. Também, verificou-se que os setores mais beneficiados do agronegócio brasileiro são arroz, colheita de fibras, leite e trigo, em detrimento dos setores cana-de-açúcar, vegetais e frutas, carnes e alimentos processados.

Palavras-chave: Acordos bilaterais; Preferência comercial; GTAP.

Abstract

This study evaluated the impacts on Brazilian agribusiness of possible formation of bilateral agreements. These agreements were simulated in the scenario of a 50% reduction in all import tariffs for goods and services between regions. The countries that make up these agreements are Brazil and Argentina, Brazil and United States, Brazil and China, Brazil and United Kingdom, Brazil and Germany, Brazil and Japan. For that, we used The Global Trade Analysis Project (GTAP) General Equilibrium model. The analyzes indicated that the bilateral agreements between Brazil and United States; Brazil and all proposed countries simultaneously; and, Brazil and China are the most favorable for the country in terms of Gross Domestic Product. The most benefited sectors of Brazilian agribusiness are rice, fiber harvesting, milk and wheat, instead of, sugar cane, vegetable and fruit, meat and processed food sectors.

Keywords: *Bilateral agreements; Commercial preference; GTAP.*

1. Introdução

O cenário econômico brasileiro em 2022 encontra-se em recessão política e econômica. A dívida pública em relação ao PIB em maio de 2022 foi de 59,09% (BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB, 2022). O governo está intervindo para controlar a taxa de câmbio no intuito de mantê-la depreciada frente à moeda americana (dólar). Isso ocorre em resposta ao aumento na taxa de juros nos Estados Unidos da América e na Europa. Ainda nessa perspectiva, o governo brasileiro teme que a inflação global, gerada pela pandemia do COVID-19, e as decisões tomadas pelas grandes economias para enfrentar a crise possam engendrar uma inflação ainda maior no Brasil (FEDERAL RESERVE BANK – FED, 2022). Além disso, uma das formas encontradas pelo governo brasileiro para enfrentar a crise econômica foi aumentar a taxa de juros básica (Selic), a qual era de 2,00% ao ano (período próximo ao início da pandemia) em 2020 e começou em 2021 ainda em 2,00% ao ano e terminou em 9,25% (um aumento de 7,25 pontos percentuais) (BCB, 2022). Nesse sentido, o Brasil tenta repetir as políticas que foram realizadas na década de 1990 para controlar a crise econômica. Dentre as



ações utilizadas, estão os incentivos às exportações de commodities em detrimento das exportações de manufaturados, como principal fonte de arrecadação de divisas internacionais para fazer frente à dívida pública. Isso ocorre porque o setor brasileiro de manufaturados ainda é incipiente e necessita importar grande parte da sua matéria prima, ficando prejudicado quando a taxa de câmbio é depreciada (PAULA; ALVES; MARQUES, 2001; PEREIRA; NASSIF; FEIJÓ, 2016; RAMOS, 2016).

Ainda nessa perspectiva, os acordos plurilaterais (aqueles realizados entre um país e um bloco, como o Mercosul) deixariam de ser prioridade nas relações internacionais brasileiras, visto que, nos últimos vinte anos celebrados desde a formação do Mercosul, esse acordo não conseguiu resolver questões-chave para o livre comércio, encontrando-se ainda no estágio de união aduaneira. O impasse nas negociações do Mercosul deve-se à crise em que se encontram os dois principais países membros, o Brasil e a Argentina, esta que sofreu com a crise de 2001, 2014 e 2019 por decretar a moratória ao FMI e enfrentar o embargo internacional. Soma-se a isso o fato de a Argentina acusar o Brasil de não tentar fazer concessões no Mercosul, argumentando que o país tem atuado apenas com interesses particulares, o que não seria bem-vindo quando se pretende fazer um acordo que busca alcançar interesses coletivos (HAINES; CUNHA, 2008; LINS, 2011; SOARES; MILANI, 2016; BBC, 2019).

Além disso, a União Europeia, um dos principais exemplos bem-sucedidos de integração econômica total, desde 2016 está enfrentando uma conjuntura com adversidades entre os países membros do bloco, visto que em 2010, como agravamento da crise econômica mundial iniciada em 2008, a Grécia, um dos integrantes do acordo, decretou falência, porque devia aos bancos europeus cerca de 300 bilhões de euros, dívida que representa 174,9% em relação ao seu PIB. Essa situação causou divergências no bloco, pois alguns países eram a favor de resgatar financeiramente a Grécia e outros não. Entrementes, o país foi resgatado e em 2018 conseguiu alcançar o equilíbrio econômico garantindo a sua permanência na União Europeia (REUTERS, 2022).

No ano de 2016, o segundo maior membro econômico da União Europeia, o Reino Unido, deu início ao processo de separação do bloco, argumentando que tinha interesses diferentes do bloco e que a UE não fazia parte do caminho que os ingleses querem seguir. Após três anos de negociações, em 2020, o Reino Unido concluiu sua saída (SOARES et al., 2016).

Muito se tem discutido acerca do impacto da estrutura comercial sobre a dinâmica da economia brasileira frente à formação de acordos plurilaterais. As preocupações imediatas voltam-se para a indústria, que passa a concorrer com produtos importados de alta tecnologia e custos mais baixos (GURGEL et al., 2009). Tais preocupações, entretanto, têm como centro de atenção as alterações na economia brasileira em função da formação e/ou intensificação de diferentes acordos de preferência comercial, como Mercosul e o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (APT). Esse tema, todavia, ainda é incipiente para esses efeitos no agronegócio brasileiro em função das possíveis formações de acordos bilaterais entre Brasil e as maiores economias globais em termos de PIB, a saber: Argentina, Estados Unidos, China, Reino Unido, Alemanha e Japão.

O Brasil possui vantagem comparativa na produção agrícola e pecuária. Ou seja, trata-se de um setor que possui benefícios num processo de abertura comercial, ao contrário de certos segmentos da indústria (THORSTENSEN; BADIN; MULLER, 2014). Nesse sentido, conforme Christ et al. (2022), apesar das crises econômicas de 2007-2009 e 2017-2019, o agronegócio brasileiro tem se mantido competitivo na economia global. Todavia, a questão da abertura comercial nesse setor está relacionada tanto aos subsídios ao agronegócio e quanto às demais formas de protecionismo presentes nos países desenvolvidos. Uma queda nessas barreiras poderia aumentar a produção doméstica e os preços internacionais, engendrando um impacto expressivo sobre o agronegócio nacional. Por outro lado, em setores industriais,



vantagens comparativas não são definidas, e a priori é possível que haja uma diminuição na atividade econômica (THORSTENSEN, 2010).

O momento atual representa um ponto importante de inflexão na política de comércio internacional para o Brasil. A estratégia de priorizar as negociações multilaterais, via World Trade Organization (WTO), já está esgotada. Mesmo com o sucesso em Bali, na Conferência Ministerial da WTO, o país terá que repensar toda a sua agenda se decidir tornar-se novamente relevante no cenário internacional. Por isso, o Brasil precisa sair rapidamente do isolamento a que se condenou nas décadas de 1990 e 2000, por conta de um esforço infrutífero de manter ileso o Mercosul e priorizar a formação de acordos bilaterais com as maiores economias globais.

Em termos de Produto Interno Bruto, a Argentina é a segunda maior economia da América do Sul, logo atrás do Brasil, os Estados Unidos são a maior economia mundial, a Alemanha (quarta maior economia mundial) e o Reino Unido (quinta maior economia mundial) são as maiores economias da Europa, a China (segunda maior economia mundial) e o Japão (terceira maior economia mundial) são as maiores economias da Ásia (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI, 2022).

O Mercosul vive um momento político e econômico de total descompasso com o Brasil, e representa uma barreira que impede a quebra do isolamento brasileiro. As negociações com a União Europeia (UE) não avançam por conta das incertezas das políticas econômicas e do temor que a abertura dos mercados representaria para o setor industrial (DA SILVA; JOHNSON; ARCE, 2016).

De acordo com Thorstensen e Ferraz (2014), três fatores alteraram substancialmente esse quadro: primeiro, o avanço da China no mundo e no Brasil, penetrando de forma crescente na quase totalidade do parque industrial brasileiro; segundo, a conscientização dos empresários de que o comércio internacional foi substancialmente alterado com a lógica das cadeias globais de valor, o que os obriga a buscar maior competitividade; terceiro, a decisão do governo de atuar de forma decisiva no câmbio, criando um ambiente mais adequado ao comércio internacional.

Por isso, este é o momento de o Brasil refletir se deve partir para uma “agressiva” política de negociar acordos bilaterais com vários de seus parceiros mais desenvolvidos ou ficar na estratégia do comércio sul-sul, porque possivelmente as empresas brasileiras não suportariam a concorrência do comércio norte-sul, ou partir para um novo “diálogo bilateral”, para compensar o “diálogo Mercosul”.

Na oportunidade de estudar um tema presente e que merece amplos debates, visto que a maioria dos trabalhos recentes tem como unidade de análise os impactos no setor industrial ocasionado pela formação de acordos plurilaterais, faz-se importante estudar os possíveis efeitos que os acordos bilaterais poderão ter no agronegócio brasileiro, com o intuito de levantar informações dos reais impactos de cada acordo para o Brasil e servir de subsídio na formulação de políticas voltadas ao crescimento e desenvolvimento do seu comércio internacional. Por isso, este estudo analisa, por meio de simulações de equilíbrio geral computável (EGC), os impactos desses possíveis acordos bilaterais do Brasil com a Argentina, os Estados Unidos, a China, o Reino Unido, a Alemanha, o Japão, ou simultaneamente com todos esses acordos bilaterais.

Este trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na seção dois, apresenta-se o arcabouço teórico. Na seção seguinte, a metodologia. Na seção quatro, os resultados e discussões. Por conseguinte, na seção cinco, resumem-se as principais conclusões, limites e sugestões para pesquisas futuras.

2. Breve arcabouço teórica do equilíbrio geral



Recorrentemente, Marie-Esprit Leon Walras (1874) e Edgeworth (1881) são considerados os precursores da teoria da análise de equilíbrio geral para uma economia competitiva, teoria que obteve ao longo do século XX outras importantes contribuições teóricas. Ainda que tenha sido François Quesnay o primeiro a apresentar um sistema econômico de equilíbrio, no seu livro *Tableau Économique*, e mesmo anteriormente Richard Cantillon tenha sido o primeiro a esboçar um fluxo circular da renda, foi Walras quem produziu os fundamentos teóricos do equilíbrio geral, tendo sido fortemente influenciado por Achylle-Nicolas Isnard em seu *Traité des Richesses*.

A contrapartida dessa análise teórica é a análise aplicada, ou, em outras palavras, de equilíbrio geral computável (EGC). De um modo geral, é a abordagem analítica que trata a economia como um sistema completo de agentes econômicos (famílias, produtores, exportadores, importadores, investidores e governos) que se inter-relacionam num determinado espaço físico. O interesse primordial por tais modelos é devido à sua capacidade de ser aplicado, ou seja, ao alimentá-los com informações empíricas de uma economia real, é possível obter respostas quantitativas para determinados problemas econômicos, constituindo, portanto, uma ferramenta adicional para avaliações de políticas econômicas.

O equilíbrio é obtido em mais de um mercado simultaneamente. Daí o porquê serem denominados de modelos aplicados de equilíbrio geral (PEARSON et al., 2014). Nesses modelos, os preços relativos são os que interessam; os produtores são maximizadores do lucro e enfrentam retornos decrescentes de escala; os consumidores são maximizadores da utilidade; os fatores de produção são pagos de acordo com a produtividade da receita marginal e a solução fornece um conjunto de preços que equilibra todos os mercados simultaneamente (DECALUWE; MARTENS, 1989). Essa aplicabilidade dos modelos de EGC foi viabilizada a partir da teoria do insumo-produto de Leontief (1953), cujas matrizes fornecem grande parte da base de dados desses modelos via matrizes de contabilidade social (MCS), em que são capturados os dados de produto e renda nacional e os fluxos intermediários entre os setores de produção e demanda da(s) economia(s). Outra parte é proveniente das Contas Nacionais e de diferentes fontes institucionais, de acordo com o foco do problema estudado. Assim, os modelos de EGC levam em consideração a especificação completa da economia: a estrutura produtiva, os estoques de fatores de produção e a estrutura da demanda final.

Em resumo, a teoria do equilíbrio geral pode ser compreendida como uma extensão do modelo de análise de oferta e demanda de um mercado isolado para o caso de *n* mercados. Trata-se, portanto, de uma tentativa de relaxarem-se as hipóteses inerentes às análises de equilíbrio parcial, quando se assume que os preços dos demais mercados, que não aquele em análise, sejam constantes. Em equilíbrio geral, todos os preços são variáveis e a condição de equilíbrio requer que esses preços se ajustem às condições de oferta e demanda em seus respectivos mercados para que todos os mercados se equilibrem simultaneamente. Esse fato implica na necessidade de levarem-se em consideração as características de cada mercado isoladamente, e também as interações existentes entre todos os mercados.

O uso desse tipo de análise é adequado para quando se necessita obter conhecimento dos efeitos de retorno de uma dada mudança de política ou como se propagam tais efeitos em toda a economia (ROBINSON, 1986; DECALUWE; MARTENS, 1989; BANDARA, 1991).

3. Metodologia

3.1 Modelo

O *software* Global Trade Analysis Project (GTAP) é um modelo multirregional e multisetorial de programação linear amplamente empregado na literatura recente para trabalhar



os dados e implementar o modelo padrão de equilíbrio geral. A World Trade Organization (WTO) e o World Bank desde 1993 empregam o GTAP como linguagem comum para análise da economia global (GTAP, 2022). Desenvolvido sob liderança de uma equipe de pesquisadores da área de economia da Universidade de Purdue, é um projeto global em que diversos pesquisadores e agências (GTAP *network*) dão suporte e conselhos para levantar dados e corrigir enganos de diversos países.

Em resumo, é um modelo de equilíbrio geral computável que pressupõe retornos constantes de escala, competição perfeita, atividades de produção e consumo (BALDWIN; VENABLES, 1995). Com esses pressupostos, o modelo é eficiente para auferir mudanças de eficiência alocativa, bem como permite avaliar o sinal e a magnitude relativa de variações na produção e no comércio dos países. Emprega, também, o fechamento macroeconômico neoclássico, diferente dos outros fechamentos, que assumem que o investimento é fixo. Ao assumir que o investimento varia, permite que as variações no investimento se ajustem às variações na poupança, o que traz mais realidade ao modelo. Ainda, esse modelo pressupõe que os fatores de produção possuem mobilidade entre os setores de capital e trabalho e que o grau de mobilidade desses fatores de produção é conduzido por uma elasticidade de transformação constante e o fator de produção terra é imóvel. Esse modelo é bastante detalhado na literatura, com Corong et al. (2017) a fornecer detalhes matemáticos acerca do funcionamento do modelo GTAP.

3.2 Cenários e agregação

De acordo com a Figura 1, serão simulados sete cenários de acordos de preferências comerciais (APCs): i) Brasil e China; ii) Brasil e Estados Unidos; iii) Brasil e Reino Unido; iv) Brasil e Argentina; v) Brasil e Alemanha; vi) Brasil e Japão; e vii) simultaneamente do acordo i a vi. Considera-se a redução de 50% em todas as tarifas de importação de bens e serviços entre as regiões para cada APC considerado. Nesse sentido, a eliminação total das barreiras tarifárias, além de irrealista, traria maior imprecisão para os resultados (DIXON; PARMENTER, 1996).



Figura 1 – Acordos bilaterais

Os critérios de agregação utilizados para simulações de EGC dependem basicamente do interesse do pesquisador. As agregações utilizadas neste trabalho podem ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Agregação regional e setorial

AGREGAÇÃO REGIONAL	
1. Brasil	
2. China	
3. Estados Unidos	
4. Reino Unido	
5. Argentina	
6. Alemanha	
7. Japão	
8. Resto do mundo	
AGREGAÇÃO SETORIAL	
Arroz	
Trigo	
Sementes oleaginosas	
Cana-de-açúcar	
Vegetais e frutas	
Colheita de fibras	
Outros cereais	
Pecuária	
Leite	
Lã	
Outros Alimentos Processados	
Manufaturados	
Outros	

Fonte: Base de dados do GTAP 10.



O equilíbrio inicial foi caracterizado pela economia no ano de 2014. Na agregação em nível regional, procurou-se observar o comércio do Brasil com os principais parceiros comerciais, que foram deixados como regiões/países isolados, e outros blocos e regiões, que podem evidenciar algum padrão de especialização. A agregação setorial utilizada foi no sentido de identificar as questões das vantagens comparativas e benefícios ou prejuízos no agronegócio brasileiro.

3.3 Base de dados

Foram utilizados os dados fornecidos pelo *software* Global Trade Analysis Project (GTAP) versão 10, a mais atual. Em geral, as informações macroeconômicas são provenientes do Banco Mundial, as informações de comércio de mercadorias advêm da base de dados COMTRADE e as de serviços são fornecidas pelas estatísticas de balanços de pagamentos do Fundo Monetário Internacional (DIMARANAN, 2002), a qual retrata a economia mundial no ano de 2004, 2007, 2011 e 2014 (dados mais recentes disponíveis). Esta consiste num banco de dados com matrizes que desagregam a economia mundial em 141 países/regiões e 65 setores econômicos (AGUIAR; MCDUGALL; NARAYANAN, 2012).

4. Análise e discussão dos resultados

Em termos de bem-estar, o cenário mais favorável para o Brasil seria a formação de acordo bilateral com a Argentina (cenário 4, 0,053). Esses ganhos ocorreriam principalmente devido à maior ineficiência na alocação dos insumos e fatores produtivos globais. Também é estimulado pelas vantagens de que ambos os países desfrutam por fazerem parte do acordo MERCOSUL. Por outro lado, os três piores cenários seriam a formação de acordo bilateral do Brasil com todos os países propostos (cenário 7, -2624,394), com a China (cenário 1, -1822,694) e a Alemanha (cenário 5, -408,588), do mais ao menos prejudicial, respectivamente. Essa queda de bem-estar pode estar associada ao aumento na importação de produtos manufaturados que é mais intenso que o aumento nas exportações de produtos do agronegócio. Além disso, a “invasão” de produtos manufaturados internacionais, principalmente vindos da China para o Brasil, prejudicaria a indústria nacional brasileira, resultando em diminuição na exportação desses segmentos, apesar de não ser acompanhada por uma redução na produção da indústria brasileira.

Tabela 1 - Mudanças no bem-estar (EV) e produto interno bruto (vgdp)

	Cenário						
	1	2	3	4	5	6	7
EV - Delta US\$ milhões							
BRA	-1822,694	-63,203	-158,564	0,053	-408,588	-247,157	-2624,394
CHI	-2739,463	247,389	54,348	0,010	109,575	122,703	-2282,580
EUA	653,613	-1365,530	34,077	0,005	94,551	80,616	-541,862
RU	92,474	46,249	-388,955	0,002	35,245	6,890	-219,015
ARG	117,975	65,832	8,554	-0,085	30,667	15,634	252,970
ALE	99,790	70,469	16,965	0,004	-897,794	14,466	-736,136



JAP	79,637	43,010	6,244	0,003	7,549	-314,163	-202,110
RDM	1226,081	713,765	137,445	0,038	318,994	137,068	2655,598
Total	-2292,587	-242,015	-289,886	0,028	-709,801	-183,944	-3697,527

**vgdp - Delta %
PIB**

BRA	0,004	0,078	-0,017	0,000	-0,011	-0,013	0,053
CHI	-0,090	0,014	0,002	0,000	0,004	0,003	-0,069
EUA	0,023	-0,044	0,002	0,000	0,004	0,004	-0,013
RU	0,015	0,013	-0,031	0,000	0,002	0,002	-0,001
ARG	0,149	0,084	0,011	0,000	0,041	0,022	0,327
ALE	0,013	0,012	0,001	0,000	-0,052	0,002	-0,026
JAP	0,007	0,011	0,002	0,000	0,002	-0,034	-0,015
RDM	0,014	0,012	0,002	0,000	0,002	0,002	0,033

Fonte: elaborado pelos autores a partir das simulações no GTAP 10.

Em termos de PIB, os principais acordos bilaterais que mais favorecem o Brasil são os entre Brasil e Estados Unidos (cenário 2, 0,078), todos os países propostos (cenário 7, 0,053) e a China (cenário 1, 0,004), do mais ao menos benéfico, respectivamente. Esse aumento no PIB é frequentemente puxado pelo ganho de eficiência e competitividade, indicado pelo maior crescimento da produção nos setores arroz, trigo, colheita de fibras, leite e manufaturados, conforme a Tabela 2. Esses setores também frequentemente mais apresentam quedas com a imposição de barreiras tarifárias da China e dos EUA aos demais países, conforme Tabela 3.

Todavia, as maiores perdas em termos de PIB seriam na formação dos acordos entre Brasil e Reino Unido (cenário 3, -0,017, Japão (cenário 6, -0,013) e Alemanha (cenário 5, -0,011), do mais ao menos prejudicial, respectivamente. Isto aconteceria possivelmente em função da geração de redução nos preços domésticos e internacionais de produtos do agronegócio, o que induziria a uma redução da oferta de *commodities*, em função da atividade se tornar menos rentável e eficiente e alocando os recursos em outras atividades, conforme Tabela 2 e Tabela 7.

Tabela 2 - Mudanças na quantidade produzida (qo) brasileira nos cenários propostos - em variações percentuais ($\Delta\%$)

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 7
Brasil	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %
Arroz	0,008	-0,008	0,001	0,000	0,004	0,004	0,007
Trigo	0,209	3,437	0,050	0,000	-0,053	0,029	3,656
Sementes oleaginosas	-1,590	-0,097	0,056	0,000	0,025	0,049	-1,577
Cana-de-açúcar	-0,501	-0,243	-0,026	0,000	-0,028	0,008	-0,804
Vegetais e frutas	-0,019	-0,059	-0,075	0,000	-0,101	-0,024	-0,283



Colheita de fibras	0,058	-0,028	0,073	0,000	0,082	0,068	0,233
Milho	0,029	-0,073	-0,038	0,000	-0,092	-0,338	-0,524
Carnes	-0,113	-0,074	-0,301	0,000	-0,322	-0,242	-1,071
Leite	-0,015	0,011	0,003	0,000	0,001	0,000	0,002
Lã	-0,026	-0,179	-0,024	0,000	-0,144	-0,474	-0,876
Alimentos processados	-0,091	-0,107	-0,023	0,000	-0,179	-0,051	-0,456
Manufaturados	0,270	0,048	0,041	0,000	0,120	0,085	0,590
Outros	0,005	0,002	0,004	0,000	0,001	0,000	0,011

Fonte: elaborado pelos autores a partir das simulações no GTAP 10.

Ainda de acordo com a Tabela 2, é possível verificar que os cenários mais favoráveis para aumentar a competitividade na produção brasileira são os cenários 2, 3 e 5, do mais ao menos benéfico, respectivamente. Além disso, os cenários mais prejudiciais para produção brasileiras são os cenários 1, 7 e 6 do mais ao menos prejudicial, respectivamente. Os impactos econômicos nas regiões pertencentes aos acordos seriam negativos em geral, prejudicando a produção brasileira principalmente nos setores de sementes oleaginosas, cana-de-açúcar, vegetais e frutas, milho, carnes, lã e alimentos processados. Esses setores apresentaram, de forma geral, as maiores tarifas de importação imposta pelo Brasil aos outros países, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Taxas percentual (%) *ad valorem* sobre as importações por recursos (rTMS)

rTMS	BRA	CHI	EUA	RU	ARG	ALE	JAP	RDM	Total
Arroz	4,70	22,30	30,50	1,20	4,10	1,20	12,40	23,50	100,00
Trigo	0,40	10,10	34,00	0,80	0,50	25,10	0,60	28,50	100,00
Sementes oleaginosas	15,50	42,30	11,80	4,70	3,30	8,00	8,30	6,20	100,00
Cana-de-açúcar	24,70	9,70	10,50	6,20	25,20	6,90	9,10	7,60	100,00
Vegetais e frutas	14,90	20,30	19,20	6,40	11,60	6,60	11,20	9,80	100,00
Colheita de fibras	0,50	30,00	18,00	12,00	0,30	22,10	7,50	9,40	100,00
Milho	23,20	18,30	17,10	8,70	11,20	2,20	3,20	16,10	100,00
Carnes	20,30	10,80	14,90	3,30	18,60	11,40	9,80	11,00	100,00
Leite	8,10	12,60	22,30	10,20	13,20	14,20	11,20	8,20	100,00
Lã	13,70	20,70	17,30	10,40	3,00	19,30	8,50	7,20	100,00
Alimentos processados	14,20	15,70	14,50	13,60	6,40	11,70	15,20	8,90	100,00
Manufaturados	5,10	15,50	10,60	16,40	6,30	17,00	18,60	10,50	100,00
Outros	2,10	40,60	11,20	5,70	2,50	12,70	18,30	6,90	100,00
Total	13,40	17,00	18,20	7,20	11,20	11,00	10,20	11,90	100,00

Fonte: Base de dados do GTAP 10.

Em geral, os setores do agronegócio brasileiro, que apresentam as maiores barreiras tarifárias, antes da eventual formação do acordo, seriam prejudicados com a formação de



acordos bilaterais, porque a formação desses acordos reduziria as tarifas dos produtos que o Brasil importa dos seus eventuais membros do acordo bilateral. Consequentemente, essa perda de proteção no setor do agronegócio brasileiro acarretaria o aumento da oferta de produtos internacionais no mercado doméstico, o que elevaria a concorrência do agronegócio doméstico, situação em que as empresas rurais mais ineficientes poderiam ser prejudicadas ou até mesmo eliminadas, principalmente nos setores de cana-de-açúcar, milho e carnes. Por outro lado, o agronegócio brasileiro seria beneficiado nos setores que mais apresentam barreiras tarifárias impostas pela China e pelos EUA, antes da eventual formação do acordo bilateral, a saber: arroz, sementes oleaginosas e colheita de fibras, em relação à China; arroz, trigo e leite, em relação aos EUA.

Antes dos choques, os produtos que o Brasil mais importava da China eram lã (50,5%), manufaturados (21,3%) e carnes (9,4%). Enquanto os principais produtos que o Brasil importava dos EUA eram cana-de-açúcar (44,9%), trigo (42,8%) e colheita de fibras (28,6%), conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Importações bilaterais a preços mundiais (VIWS)

VIWS	BRA*	CHI	EUA	RU	ARG	ALE	JAP	RDM	Total
Arroz	0,00	1,00	0,10	0,00	18,70	0,00	0,00	80,10	100,00
Trigo	0,00	0,00	42,80	0,00	33,70	0,00	0,00	23,50	100,00
Sementes oleaginosas	0,00	0,30	0,30	0,00	3,40	0,00	0,00	96,00	100,00
Cana-de-açúcar	0,00	7,60	44,90	0,10	4,20	5,60	0,30	37,50	100,00
Vegetais e frutas	0,00	8,80	3,60	0,00	34,10	0,00	0,40	53,10	100,00
Colheita de fibras	0,00	2,90	28,60	0,10	2,10	0,00	0,00	66,30	100,00
Milho	0,00	0,40	3,70	0,00	46,50	0,00	0,00	49,30	100,00
Carnes	0,00	9,40	8,00	0,40	12,10	3,00	0,00	67,00	100,00
Leite	0,00	0,50	3,40	0,20	46,40	0,70	0,00	48,70	100,00
Lã	0,00	50,50	1,30	0,10	1,90	0,60	6,00	39,60	100,00
Alimentos processados	0,00	7,70	5,40	2,70	20,20	2,50	0,10	61,30	100,00
Manufaturados	0,00	21,30	16,80	1,70	7,60	6,70	3,60	42,30	100,00
Outros	0,00	10,30	15,40	3,80	1,70	5,70	1,40	61,70	100,00
Total	0,00	14,50	15,80	2,90	4,90	6,00	2,20	53,70	100,00

Nota: *Brasil não importa nada de si mesmo.

Fonte: Base de dados do GTAP 10.

Ainda na Tabela 2, após os choques, é possível perceber que, de modo geral, a produção na maioria desses setores (lã, carnes e cana-de-açúcar) é prejudicial, visto que o Brasil já era dependente da importação desses produtos e após a redução nas tarifas de importação em 50% a dependência externa nesse segmento tende a aumentar. Nesse sentido, isto desprotege esses setores nacionais, fazendo com que sejam ainda mais prejudicados com o aumento na concorrência de produtos estrangeiros no mercado brasileiro (GLOBAL TRADE ASSISTANCE AND PRODUCTION – GTAP, 2022). Em outras palavras, pode-se verificar



que tanto o Brasil como China e os EUA intensificam as exportações nos bens em que apresentam vantagem comparativa ao mesmo tempo em que intensificam as importações dos bens que apresentam desvantagem comparativa.

Contudo, o setor de arroz foi singular ao obter resposta positiva na produção e na exportação, conforme a Tabela 2 e Tabela 5. Nesse caso, ter-se-ia maior demanda pelos bens que apresentam, no Brasil, vantagens comparativas de produção, especialmente pelo arroz, principal alimento básico para mais da metade da população mundial e terceiro cereal mais consumido no mundo, logo após o milho e o trigo. Também, o arroz é produzido em todo o mundo (90% dos grãos são cultivados na Ásia) e o Brasil é o terceiro maior exportador mundial (TAVARES, 2018).

Tabela 5 - Mudanças nas exportações (vxwfob) brasileiras nos cenários propostos, em variações percentuais (Δ %)

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 7
Brasil	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %
Arroz	0,155	-0,180	-0,038	0,000	0,064	0,083	0,043
Trigo	0,721	-2,494	0,227	0,000	0,321	0,223	-1,056
Sementes oleaginosas	-2,594	-0,061	0,068	0,000	0,092	0,073	-2,440
Cana-de-açúcar	-1,794	-0,804	-0,096	0,000	0,070	0,067	-2,595
Vegetais e frutas	0,228	-0,067	-2,221	0,000	-0,197	0,079	-2,205
Colheita de fibras	-0,014	-0,114	0,104	0,000	0,119	0,100	0,168
Milho	0,168	-0,022	0,048	0,000	0,066	-0,931	-0,679
Carnes	-0,441	-0,252	-1,411	0,000	-1,462	-1,118	-4,762
Leite	0,255	-0,772	0,142	0,000	-0,014	0,055	-0,404
Lã	0,112	-0,420	0,317	0,000	-0,509	-9,821	-10,508
Alimentos processados	-0,816	-0,898	-0,177	0,000	-1,426	-0,307	-3,654
Manufaturados	-1,393	-1,110	-0,085	0,000	-0,410	-0,116	-3,202
Outros	-0,208	-0,415	0,056	0,000	-0,015	0,011	-0,643

Fonte: elaborado pelos autores a partir das simulações no GTAP 10.

Na Tabela 5, pode-se perceber que são mais favoráveis, em relação ao crescimento das exportações brasileiras, os cenários 1, 3, 5, do mais ao menos benéfico, respectivamente. Frequentemente, tornam-se mais competitivas as exportações brasileiras de arroz, trigo, sementes oleaginosas, colheita de fibras, milho, leite e lã. Também, pode-se inferir que os setores mais prejudicados surgem nos cenários 7, 6 e 2, do mais ao menos prejudicial, respectivamente, a saber: cana-de-açúcar, vegetais e frutas, colheita de fibras, milho, carnes, leite, lã, alimentos processados, manufaturados, outros. Esses resultados são similares ao que foi reportado por Silva, Coronel e Silva (2018), ao simular os impactos da formação do Acordo Transpacífico. Com eliminação de todas as tarifas de importação, percebeu-se que os setores mais prejudicados, no Brasil, seriam carnes, milho, lã, alimentos processados e arroz.

Os setores com maior produção das nações podem ser entendidos como os setores com maior vantagem competitiva (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005). Dessa forma, as economias



apresentarem vantagem competitiva no mesmo setor implica em maior concorrência mundial em determinado seguimento. Por isso, quando duas nações que se destacam na produção do mesmo bem ou serviço realizam um acordo bilateral, há maiores chances de ocorrer desvio de comércio e, por conseguinte, redução no nível de bem-estar global.

Tabela 6 - Mudanças nas importações (viwcif) brasileiras nos cenários propostos, em variações percentuais (Δ %)

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 7
Brasil	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %
Arroz	-0,141	0,071	-0,079	0,000	-0,090	-0,076	-0,284
Trigo	-0,302	-2,226	-0,083	0,000	-0,266	-0,111	-2,984
Sementes oleaginosas	-0,767	-0,060	-0,092	-0,001	-0,256	-0,112	-1,270
Cana-de-açúcar	-1,230	-6,519	-0,105	0,000	-1,009	-0,141	-9,124
Vegetais e frutas	-0,579	-0,149	-0,156	0,000	-0,192	-0,131	-1,206
Colheita de fibras	-0,353	-1,445	-0,049	0,000	-0,068	-0,046	-1,958
Milho	-0,218	-0,048	-0,124	0,000	-0,222	-0,189	-0,796
Carnes	-0,922	-0,097	-0,189	0,000	-0,430	-0,143	-1,757
Leite	-0,283	-0,536	-0,128	0,000	-0,230	-0,102	-1,254
Lã	-12,593	-0,187	-0,223	0,000	-0,425	-0,916	-14,496
Alimentos processados	-0,656	-0,346	-0,289	0,000	-0,289	-0,066	-1,645
Manufaturados	-2,070	-1,039	-0,209	0,000	-0,700	-0,388	-4,622
Outros	-0,745	-0,506	-0,105	0,000	-0,246	-0,090	-1,703

Fonte: elaborado pelos autores a partir das simulações no GTAP 10.

Conforme a Tabela 6, os cenários em que o Brasil mais aumenta as importações são os cenários 4, 3, 6, da maior variação a menor, respectivamente. Por outro lado, os cenários em que menos aumenta as importações são os cenários 7, 1, 2, da menor variação a maior, respectivamente. Em geral, na maioria dos cenários, o Brasil passa a importar menos produtos do agronegócio mundial.

Os valores dos fluxos de importações brasileiras foram negativos e relativamente pequenos na maioria dos cenários propostos, principalmente nos cenários 7, 1, 2. Isto contribui para a variação no PIB brasileiro ser positiva nesses cenários. Desse modo, o aumento na quantidade produzida e exportada no agronegócio poderá ser suficiente para engendrar superávit na balança comercial e promover o PIB positivo. Isto também pode ocorrer em função da aceleração no dinamismo das economias membros dos acordos bilaterais, pois, ao diminuírem significativamente as suas barreiras comerciais, as nações estariam se aproximando mais do livre comércio, com cada país se especializando na produção e exportação de produtos que possuem vantagem comparativa e importando produtos que apresentam desvantagem comparativa, o que leva a ganhos de comércio, verificado por meio do aumento na produção global (PIB total).



Tabela 7 - Mudanças nos preços domésticos (pm) brasileiros nos cenários propostos, em variações percentuais (Δ %)

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 7
Brasil	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %	Delta %
Arroz	-0,018	0,048	-0,021	0,000	-0,020	-0,017	-0,016
Trigo	-0,084	0,365	-0,029	0,000	-0,043	-0,029	0,185
Sementes oleaginosas	-0,228	0,031	-0,028	0,000	-0,035	-0,027	-0,277
Cana-de-açúcar	-0,056	0,037	-0,025	0,000	-0,025	-0,020	-0,078
Vegetais e frutas	-0,097	0,035	-0,039	0,000	-0,045	-0,032	-0,168
Colheita de fibras	-0,088	0,040	-0,026	0,000	-0,029	-0,024	-0,120
Milho	-0,095	0,034	-0,036	0,000	-0,044	-0,058	-0,188
Carnes	-0,050	0,044	-0,035	0,000	-0,037	-0,031	-0,097
Leite	-0,025	0,051	-0,021	0,000	-0,021	-0,019	-0,024
Lã	-0,043	0,045	-0,027	0,000	-0,031	-0,047	-0,093
Alimentos processados	-0,028	0,082	-0,020	0,000	-0,019	-0,018	0,009
Manufaturados	0,150	0,109	-0,002	0,000	0,033	0,013	0,324
Outros	0,018	0,055	-0,015	0,000	-0,011	-0,011	0,049

Fonte: elaborado pelos autores a partir das simulações no GTAP 10.

Conforme a Tabela 7, os preços domésticos brasileiros mais aumentam nos cenários 2, 6, 3, da maior variação a menor, respectivamente. Por outro lado, os preços domésticos aumentam nos cenários 1, 7, 5, da menor variação a maior, respectivamente. No geral, em todos os cenários, os preços domésticos tendem a diminuir (exceto para o trigo), indicando que a oferta desses produtos tenderia a exceder a demanda, forçando os preços para baixo no mercado brasileiro. Isso está de acordo com Mukunoki (2016), visto que, segundo o autor, o nível de preços de bens e serviços entre países que celebram um acordo de preferência comercial tende a diminuir em função da diminuição ou até mesmo eliminação das barreiras comerciais. Ainda, a redução nos preços domésticos do Brasil estimula as suas exportações, porque o preço externo se tornaria relativamente maior e os ofertantes preferem vender para os destinos em que o nível de preços é maior até que os preços se equilibrem, como a lei do preço único. Esse resultado vai ao encontro do que foi obtido por Abramovay (2002), ao estudar a relação entre as barreiras comerciais na União Europeia e o agronegócio brasileiro. O autor percebeu que as exportações do agronegócio brasileiro seriam beneficiadas se houvesse diminuição nos subsídios para produção agrícolas na União Europeia. Também está em consonância com Megiato, Massuquetti e Azevedo (2016), que, ao simularem uma integração econômica entre Brasil e União Europeia, buscando identificar os setores mais afetados em função de sua intensidade tecnológica, identificaram que o Brasil seria beneficiado no setor primário, enquanto seria prejudicado no setor de maior intensidade tecnológica. Conforme Henrique, Eberhardt e Santos Tupy (2022), o comércio internacional pode dar maior resiliência aos setores econômicos. Nesse sentido, os setores do agronegócio brasileiro que mais tivessem dependência e alto fluxo de trocas com outras economias seria mais resistente a crises econômicas.



5 Considerações finais

A formação de acordos bilaterais pode ampliar os mercados, promover ganhos de comércio e de eficiência. Com isso, pode gerar maior nível de crescimento e desenvolvimento econômico nos países que celebraram o acordo. Porém, em razão do desvio de comércio, o efeito em países que não fazem parte do acordo pode ser negativo.

O enfraquecimento no sistema multilateral, somado ao descompasso do Mercosul, à desgastada relação Sul-Sul e ao impasse nas negociações com a União Europeia acontece devido às incertezas das políticas econômicas e do temor que a abertura dos mercados representaria para o setor industrial. Este é o momento de o Brasil refletir sobre uma eventual estratégia de formação de acordos bilaterais com as maiores economias mundiais.

Por isso, este estudo objetivou analisar os impactos dos possíveis acordos bilaterais no agronegócio brasileiro, caso o Brasil resolva se aliar à Argentina, aos Estados Unidos, à China, ao Reino Unido, à Alemanha, ao Japão ou simultaneamente a esses países, por meio de um modelo de equilíbrio geral, com o cenário econômico de 2014. Nesse sentido, foram simulados sete cenários analíticos. Em cada cenário, simulou-se a formação de um acordo bilateral entre o Brasil e determinado(s) país(es), sob a condição de redução em 50,0% das barreiras bilaterais de importação.

Os acordos bilaterais entre o Brasil e a Estados Unidos (cenário 2), Brasil e todos países propostos simultaneamente (cenário 7) e Brasil e China (cenário 1) são os mais favoráveis para o Brasil, em termos de PIB. Ainda, verifica-se que os setores mais beneficiados do agronegócio brasileiro são arroz, colheita de fibras, leite e trigo. Em detrimento, os setores mais sacrificados são cana-de-açúcar, vegetais e frutas, carnes, alimentos processados.

Entre as limitações deste estudo tem-se o fato de não incorporar o equivalente tarifário de outras barreiras não tarifárias, como as barreiras fitossanitárias. Outra limitação refere-se ao fechamento neoclássico empregado no modelo e o ano da base de dados. Como sugestão para estudos futuros, além de suprir essas limitações, poderiam ser incorporados outros procedimentos de calibração dos dados, como também levar em consideração a concorrência imperfeita e desemprego.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia. *Economia Rural*, v. 40, n. 2, p. 235-264, 2002.
- AGUIAR, A.; MCDUGALL, R.; NARAYANAN, B. Global trade, Assistance, and production: the GTAP 8 data base. *Center for Global Trade Analysis*, Purdue University, 2012.
- BALDWIN, R. E.; VENABLES, A. J. Regional economic integration. *Handbook of international economics*, v. 3, p. 1597-1644, 1995.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Séries temporais*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?serietemp>. Acesso em: 4 fev. 2023.
- BANDARA, J. S. Computable general equilibrium models for development policy analysis in LDCs. *Journal of Economic Surveys*, v. 5, n. 1, p. 3-69, 1991.
- BBC. Argentina declara moratória de dívida e pede renegociação com FMI. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49504671>. Acesso em: 4 fev. 2023.
- BRAZ, D. D. Termos de troca, preço das commodities e o crescimento brasileiro : uma análise sob o prisma da restrição externa. 2016.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Macroeconomia do Brasil pós-1994. *Análise Econômica*, v. 21, n.



40, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; VIANA, A. G.; CUNHA, P. H. F. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 2, p. 143, 2016.

CHRIST, G. D. *et al.* O agronegócio brasileiro no comércio internacional: vulnerabilidade, retrocesso, oportunidade perdida ou situação ótima? *Informe GEPEC*, v. 26, n. 2, p. 190-209, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/28426>. Acesso em: 26 jan. 2023.

COMIN, A. A.; MATTOS, P. T. L. Remando contra a maré: novo desenvolvimentismo e interesse nacional-Entrevista com Luiz Carlos Bresser-Pereira. *Plural*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 145-160, 2016.

CORONG, E. L. *et al.* The Standard GTAP Model, Version 7. *Journal of Global Economic Analysis*, v. 2, n. 1, p. 1-119, 22 jun. 2017. Disponível em: <https://jgea.org/ojs/index.php/jgea/article/view/47>. Acesso em: 2 fev. 2023.

DA SILVA, M. A.; JOHNSON, G. A.; ARCE, A. M. O Mercosul em seu labirinto: desafios da integração regional. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 1, p. 52-64, 2016.

DECALUWE, B.; MARTENS, A. CGE modeling and developing economies: A concise empirical survey of 73 applications to 26 countries. *Journal of Policy Modeling*, v. 10, n. 4, p. 529-568, 1989.

DIMARANAN, B. V. *Construction of the protection data base* Global trade, assistance, and production: The GTAP 5 data base. West Lafayette, IN: Purdue University Press, 2002.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, v. 19, n. 2, p. 227-249, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 jun. 2016.

DIXON, P. B.; PARMENTER, B. R. Computable general equilibrium modelling for policy analysis and forecasting. *Handbook of Computational Economics*, v. 1, p. 3-85, 1996.

EDGEWORTH, F. Y. *Mathematical psychics: An essay on the application of mathematics to the moral sciences*. [S.l.]: CK Paul, 1881.

FEDERAL RESERVE BANK (FED). *FEDS Notes*. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/econres/notes/feds-notes/fiscal-policy-and-excess-inflation-during-covid-19-a-cross-country-view-20220715.htm>. Acesso em: 4 ago. 2022.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *IMF DATAMAPPER*. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO/World?year=2022>. Acesso em: 5 jan. 2022.

GLOBAL TRADE ASSISTANCE AND PRODUCTION (GTAP). *Global trade, Assistance, and production: the GTAP 10 data base*. [S.l.]: Center for Global Trade Analysis, 2022.

GTAP. *About GTAP*. Disponível em: <https://www.gtap.agecon.purdue.edu/about/project.asp>. 2022. Acesso em: 4 ago. 2022.

GURGEL, Â. C. *et al.* Impactos dos acordos comerciais sobre as exportações de soja, café, aves e suínos das cooperativas agropecuárias brasileiras. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 47, n. 4, p. 971-993, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/resr/a/MkwxDnhdpLV7xdhDbqV5sdm/?lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2023.



HAINES, A. E. F.; CUNHA, A. M. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 33, p. 219-252, ago. 2008.

HENRIQUE, P.; EBERHARDT, C.; SANTOS TUPY, I. Resiliência econômica e dinâmica regional-setorial no Brasil pós-crise/regional: uma análise exploratória para o período 2014-2019. *Informe GEPEC*, v. 26, n. 3, p. 234-253, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/29800>. Acesso em: 26 jan. 2023.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. *Economia internacional: teoria e política*. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

LEONTIEF, W. *Studies in the Structure of the American Economy*. [s.l.]: Oxford University Press New York, 1953.

LINS, H. N. Vinte anos de Mercosul: as partes e o todo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 3., 2011. *Proceedings...* Encontro Nacional ABRI 2011, 2011.

MEGIATO, E. I.; MASSUQUETTI, A.; DE AZEVEDO, A. F. Z. Impacts of integration of Brazil with the European Union through a general equilibrium model. *Economía*, v. 17, n. 1, p. 126-140, 1º jan. 2016.

MUKUNOKI, H. *Preferential trade agreements and antidumping actions against members and nonmembers*. Institute of Developing Economies, 2016.

PAULA, L. F.; ALVES, A. J.; MARQUES, M. B. L. Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994-1998). *Estudos Econômicos*, v. 31, n. 2, p. 285-319, 2001.

PEARSON, K. R. et al. *Notes and problems in applied general equilibrium economics*. [S.l.]: Elsevier, 2014. v. 32.

PEREIRA, L. C. B.; NASSIF, A.; FEIJÓ, C. A. A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15573>. Acesso em: 23 jul. 2016.

POLLINE VERÍSSIMO, M. et al. Taxa de câmbio, exportações e crescimento: uma investigação sobre a hipótese de doença holandesa no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 33, n. 1, p. 82-101, mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572013000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 6 jan. 2016.

RAMOS, R. O Plano Real e a necessidade de implantação do regime de metas de inflação. *Revista Perspectivas em Políticas Públicas*, v. 9, n. 1, p. 201-219, 2016.

REITZES, J. et al. *Agricultural Trade Liberalization and Capital Flows in the Americas*. UC Berkeley, 1996.

REUTERS. *After debt crisis, Greek economy faces climate change threats*. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

ROBINSON, S. *Multisectoral models of developing countries: a survey*. [S.l.: s.n.].

SILVA, R. A. da; CORONEL, D. A.; SILVA, M. L. da. Impactos do acordo de preferência comercial transpacífico no agronegócio brasileiro. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, 15 out. 2018.

SOARES, L. S. de S. et al. A crise econômica de 2008 e seus desdobramentos na Europa. *Revista de Administração & Ciências Contábeis*, v. 8, n. 1, 2016.



SOARES, S. A.; MILANI, L. P. Kirchnerismo e Lulismo na construção de uma identidade em Defesa e Segurança Internacional entre Argentina e Brasil. *Relaciones Internacionales*, v. 25, n. 50, 2016.

TAVARES, M. F. F. *Introdução à gestão do agronegócio*. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

THORSTENSEN, V. Brasil e China: impactos, riscos e desafios. *Getulio*, n. 24, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/getulio/article/download/61987/60146>. Acesso em: 4 fev. 2023.

THORSTENSEN, V.; BADIN, M. R.; MULLER, C. Acordos Preferenciais de Comércio: da multiplicação de novas regras aos mega-acordos comerciais. *Boletim de Economia e Política Internacional*, v. 16, p. 5-18, 2014.

THORSTENSEN, V.; FERRAZ, L. O isolamento do Brasil em relação aos acordos e mega-acordos comerciais. *Boletim de Economia e Política Internacional*, v. 16, p. 5-17, 2014.

WALRAS, L. *Eléments d'économie politique pure ou théorie de la richesse sociale* (Elements of Pure Economics, or the theory of social wealth). *Lausanne, Paris*, v. 1899, 1874.